

Apresentação .....	xiii
--------------------	------

## PARTE I ACESSO À JUSTIÇA

<b>1. Direito de Família e Controle Jurisdicional de Políticas Públicas.....</b>	<b>3</b>
<i>Caetano Lagrasta Neto</i>	
1. Introdução .....	3
2. Atividade legislativa de expectativa e <i>retrocesso social</i> .....	4
3. Leis promulgadas e postergadas.....	5
4. A <i>reserva do possível</i> e suas repercussões na Família .....	6
5. Londres, Chile e Vila Mariana .....	7
6. Conclusão.....	10
7. Bibliografia.....	10
<b>2. Cidadania e Acesso a Justiça .....</b>	<b>19</b>
<i>Verônica Teixeira Marques</i>	
<i>Maria Anáber Melo e Silva</i>	
<i>Samyle Regina Matos Oliveira</i>	
<b>3. O Direito à Saúde e os Juízes .....</b>	<b>35</b>
<i>Alexandre Coutinho Pagliarini</i>	
1. Introdução .....	35
2. Algumas Considerações Sobre a Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucionais Sobre Direitos Fundamentais .....	37
3. Doutrinas Sobre a Atuação Judicial em Favor do Direito à Saúde.....	42
4. Conclusão .....	54
<b>4. Os meios alternativos de solução de conflitos nos Juizados Especiais Cíveis Brasileiros e nas Small Claims Courts de Nova Iorque: uma análise comparativa.....</b>	<b>55</b>
<i>Leslie Shéri da Ferraz</i>	
1. Introdução .....	55
2. Juizados Especiais Cíveis: breve histórico e características gerais .....	56
3. <i>Small Claims Courts</i> : breve histórico e características gerais.....	59
4. A conciliação e a arbitragem nos Juizados Especiais Cíveis .....	61
4.1. A audiência de conciliação e o conciliador nos Juizados Especiais Cíveis .....	61
4.2. A audiência de instrução e o juiz das pequenas causas .....	65
4.3. O cumprimento dos acordos nos Juizados Especiais Cíveis .....	66

4.4. A arbitragem nos Juizados Especiais Cíveis .....	67
5. A conciliação e a arbitragem nas <i>Small Claims Courts</i> de Nova Iorque.....	67
5.1. A conciliação nas <i>Small Claims Courts</i> .....	67
5.2. A arbitragem nas <i>Small Claims Courts</i> .....	68
6. Breves sugestões conclusivas .....	69
<b>5. A justiça como equidade é incompatível com o modo de produção capitalista ...</b>	<b>73</b>
<i>Paulo Renato Vitória</i>	
1. A justiça como equidade em Rawls.....	73
2. O princípio da diferença e a propriedade dos meios de produção: uma discussão política e não moral .....	79
3. O paradoxo do etnocentrismo rawlsiano.....	87
4. Considerações finais .....	91
5. Referências bibliográficas.....	92
<b>6. A Moral e o Direito como Valores Indispensáveis para Construção e Consolidação do Estado Democrático de Direito.....</b>	<b>93</b>
<i>José Ronaldo Vieira de Almeida</i>	
1. Introdução .....	93
2. A Moral Como Sistema da Doutrina da Virtude e o Mundo Plural .....	94
3. O Direito Como Reflexo de Valores de Convivência Permanentes e Variáveis.....	95
4. Análise Comparativa entre Moral e Direito.....	96
5. Os Fundamentos da Legitimidade da Moral e do Direito .....	97
6. O Estado Democrático de Direito e Seus Valores Essenciais.....	98
7. Conclusão .....	99
7. Referência Bibliográfica.....	99
<b>7. Habeas Corpus. Porte de Munição. Crime de Perigo Abstrato. Princípio da Ofensividade. Denúncia Inepta.....</b>	<b>101</b>
<i>Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho</i>	

## PARTE II NOVOS DIREITOS E SUBJETIVIDADES

<b>8. Os Direitos Humanos contra os Direitos Humanos? O Caso da Diferença Cultural.....</b>	<b>107</b>
<i>Rui Cunha Martins</i>	
Bibliografia.....	114
<b>9. Das Relações Públicas ao Neomenorismo: 20 Anos da Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança na América Latina (1989-2009) .....</b>	<b>117</b>
<i>Emílio García Méndez</i>	
I. Introdução .....	117
II. As perguntas .....	119
III. As respostas .....	121
IV. As etapas da Convenção na América Latina.....	124
V. O neomenorismo .....	127

VI. O neomenorismo e a retórica da reação .....	129
VII. Conclusão: o problema da liberdade .....	134
<b>10. A Defesa de Adolescentes no Marco dos Instrumentos de Proteção dos Direitos Humanos .....</b>	<b>137</b>
<i>Karyna Batista Sposato</i>	
1. Apresentação .....	137
2. Violação de direitos .....	139
3. Pedagogismo Autoritário: Correção e Medo <i>Versus</i> Responsabilidade .....	144
4. Conclusões Preliminares .....	145
5. Bibliografia de Referência .....	146
<b>11. Construções da Subjetividade Diante da Sociedade e do Estado. Um Desafio da Modernidade Tardia .....</b>	<b>149</b>
<i>Albano Marcos Bastos Pêpe</i>	
<b>12. Subjetividades Nômades e Sistemas de Resolução de Conflitos: Um Olhar para a Mediação Familiar .....</b>	<b>157</b>
<i>Gabriela Maia Rebouças</i>	
1. Revirando a subjetividade e confrontando os sistemas de resolução de conflito.....	157
2. O olhar foucaultiano sobre um sujeito: sujeitos normalizados, sujeitos assujeitados, sujeitos nômades .....	159
3. Os sistemas de resolução de conflito: das insuficiências do modelo judicial de lidar com a noção de subjetividade nômade à mediação. Propostas de uma nova prática ....	165
4. Considerações finais .....	167
5. Referências .....	169
<b>13. Por um Estatuto Jurídico do Embrião Humano .....</b>	<b>171</b>
<i>Renata Braga Klevenhusen</i>	
1. A vida humana embrionária e o Supremo Tribunal Federal .....	171
2. Pluralismo e o Estado laico .....	175
3. A reprodução humana e o estatuto biológico do embrião humano .....	176
3.1. A concepção natural .....	177
3.2. A concepção medicamente assistida .....	177
3.3. A concepção: marco biológico da individualização biogenética e da vida humana .....	179
4. A concepção no direito brasileiro .....	187
5. A reificação do embrião humano em situação extracorpórea .....	190
6. Autonomia sobre a vida de outrem e a óptica do semelhante .....	198
8. Pessoa no sentido biográfico .....	204
9. Esperança e Poder .....	206
10. Considerações finais .....	208
<b>14. A Proteção Jurídica dos Direitos dos Animais Não-Humanos: Leis e Juízes Perante os Novos Direitos e as Novas Subjetividades do Século XXI.....</b>	<b>211</b>
<i>Enne Evelyn Gomes da Silva</i>	
<i>Ilzver de Matos Oliveira</i>	

1. Introdução .....	211
2. Abordagem Teórica Acerca da Subjetividade dos Animais Não-Humanos .....	213
2.1. Animais Não-Humanos: Sujeitos ou Objetos do Direito?.....	213
2.2. Dignidade Animal e o Princípio da Igual Consideração de Interesses .....	220
3. Legislação e Jurisprudência Brasileiras Sobre o Tema .....	223
3.1. Animais Silvestres e Animais Domésticos: Tratamento Não Equitativo; Diferença Inexistente.....	223
3.2. Uso de Animais na Pesquisa Científica e a Objeção de Consciência .....	224
3.3. Invasão de Domicílio como Forma de Defesa de Animais em Risco.....	225
3.4. Controle de Reprodução Animal como Forma de Evitar Abandono e Extermínio .....	225
3.5. Habeas Corpus: Mecanismo Constitucional em Defesa da Liberdade .....	226
4. Conclusão .....	227
5. Referências.....	228
<b>15. As Novas Entidades Familiares no Marco da Constitucionalização do Direito Civil.....</b>	<b>233</b>
<i>Carlos Eduardo Santos Almeida</i>	
1. Introdução .....	233
2. O Fenômeno da Constitucionalização do Direito Civil.....	233
3. A Contribuição dos Princípios Constitucionais de 1988 Para os Novos Contornos das Famílias.....	235
4. A Jurisprudência Enquanto Atividade Intelectual Reveladora da Dinâmica Familiar.....	237
5. Entidade Familiar: Uma Definição Pluralista.....	239
5.1. A Família Monoparental.....	240
5.2 A Família Anaparental.....	242
5.3. A Família Homoafetiva.....	243
5.4. A Família Recompоста.....	246
6. Considerações Finais .....	248
7. Referências.....	249

### PARTE III

## MOBILIDADE SOCIAL: EDUCAÇÃO, ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE

<b>16. Direito Fundamental de Ação Trabalhista .....</b>	<b>253</b>
<i>Augusto César Leite de Carvalho</i>	
1. O temor de propor a ação como um valor jurídico .....	253
2. Vetores positivos e negativos da ação trabalhista.....	255
2.1. A coletivização das demandas trabalhistas .....	255
2.1.1. Aspectos polêmicos das demandas coletivas: atos dispositivos, litispendência e coisa julgada.....	258
2.2. A garantia de indenidade.....	260
2.3. A prescrição - o receio de propor ação trabalhista e a prescrição das pretensões nascidas em alterações intercorrentes do contrato de emprego .....	262
2.3.1. A prescrição total contra a pretensão de matriz constitucional.....	264

2.3.2. A prescrição total e a possível influência do atual Código Civil no debate sobre a prescrição de pretensão fundada em nulidade .....	265
2.4. Os métodos excludentes de solução extrajudicial dos conflitos trabalhistas – a arbitragem em conflitos individuais e as comissões de conciliação prévia .....	269
2.4.1. A opção social pela judicialização dos conflitos – aspecto cultural.....	270
2.4.2. A arbitragem.....	273
2.5. A comissão de conciliação prévia .....	276
3. Conclusões.....	282
4. Referências bibliográficas.....	282
<b>17. Direito de Greve dos Servidores Públicos: A Difícil Concretização .....</b>	<b>285</b>
<i>Maurício Gentil Monteiro</i>	
1. Introdução .....	285
2. O direito de greve dos servidores públicos como direito fundamental .....	287
3. A inefetividade do direito de greve dos servidores públicos .....	289
3.1. A fase inicial: a ausência de lei regulamentadora .....	289
3.2. O STF e os mandados de injunção nº 670, 708 e 712.....	290
4. Vertentes interpretativas inviabilizadoras da efetividade do direito de greve dos servidores públicos.....	292
4.1. Aplicação analógica da Lei nº 7.783/89 aos servidores públicos .....	292
4.2. O Art. 3º da Lei nº 7.783/89 e o esgotamento das negociações.....	294
4.3. O direito de greve em atividades essenciais .....	294
4.4. O mérito das reivindicações.....	296
5. Conclusões.....	296
6. Referências bibliográficas.....	297
<b>18. O Papel da Escola na Política de Acesso à Justiça .....</b>	<b>299</b>
<i>Marlton Fontes Mota</i>	
1. Introdução .....	299
2. O Exercício da Cidadania Através da Educação.....	300
3. Considerações Finais .....	310
4. Referências.....	311
<b>19. O Direito ao Mínimo Existencial como Forma de Garantir a Proteção Decorrente da Seguridade Social Para a População Idosa .....</b>	<b>313</b>
<i>Katia Cristine Santos de Oliveira</i>	
<i>Fernanda Alves de Oliveira Machado</i>	
1. Apresentação.....	313
2. A Proteção da População Idosa a partir da Constituição de 1988.....	314
2.1. Conceitos de idoso .....	314
2.2. O idoso e a proteção à sua dignidade.....	318
2.3. Direitos do Idoso .....	319
2.3.1. Direito à vida .....	321
2.3.2. Direito à liberdade .....	322
2.3.3. Direito à igualdade.....	323
3. Proteção Social Ao Idoso. ....	325

3.1. A importância do Sistema da Seguridade Social para população idosa .....	325
3.2. Os benefícios concedidos por cada subsistema de Seguridade Social.....	326
3.2.1. O acesso do idoso à saúde.....	326
3.2.2. O idoso e a Previdência Social. ....	330
3.2.3. O idoso e a política de Assistência Social. ....	332
4. O Idoso e o Direito ao Mínimo Existencial a Partir da Proteção Devida pelo Sistema da Seguridade Social.....	334
4.1 Direito ao mínimo existencial.....	334
4.2. Reserva do possível X mínimo existencial. ....	335
5. Conclusão .....	339
6. Referências Bibliográficas .....	340
<b>20. A Trajetória das Mulheres e o Desenvolvimento Social: De Vítimas da Violência a Agentes Modificadoras da Sociedade .....</b>	<b>343</b>
<i>Priscila Formigheri Feldens</i>	
<i>Fernanda Faistel</i>	
1. Introdução .....	343
2. Caminho vencido: a conquista de direitos pelas mulheres frente à violência .....	346
3. Caminho a seguir: as mulheres efetivando seus direitos e modificando a sociedade .....	352
4. Conclusão .....	355
5. Referências Bibliográficas .....	357
<b>21. A Ineficácia das Penas na Lei dos Crimes Ambientais.....</b>	<b>361</b>
<i>Franciele Faistel</i>	
<i>Grasielle Borges Vieira de Carvalho</i>	
1. Introdução .....	361
2. A responsabilidade penal e o meio ambiente .....	362
3. A Lei dos Crimes Ambientais.....	363
3.1. Da aplicação das penas/dosimetria.....	364
3.2. Das penas .....	366
3.2.1. A pena privativa de liberdade.....	367
3.2.2. Restritivas de direitos.....	367
3.2.3. Multa .....	368
4. A Suspensão condicional da pena.....	369
4.1. Considerações sobre as Sanções jurídicas aplicadas a pessoas físicas e jurídicas...	370
5. Análise Jurisprudencial.....	370
6. A ineficácia da Lei.....	374
7. Bibliografia.....	375
<b>22. Dentre o Samba, o Direito e a Natureza .....</b>	<b>377</b>
<i>Márcia Rodrigues Bertoldi</i>	
<i>Marcus Vinícius Ferreira Silva Araujo</i>	
1. Por amor à vida!.....	378
2. Por um meio ambiente saudável, equilibrado, são e salvo! Algumas atitudes. ....	380
3. Pela atitude de participação popular! .....	382

4. E o Direito? .....	384
4.1. Artigo 225 da constituição federal de 1988: especial referência à norma-matriz.....	385
5. Samba e Direito na construção do amor à natureza .....	386
6. Referências.....	387